



Demonstrações Trimestrais – ITR

Arcoverde Transmissão de Energia S.A.

30 de junho de 2026
com Relatório do Auditor Independente sobre a informações
trimestrais



ARCOVERDE
TRANSMISSÃO
DE ENERGIA

Informações trimestrais

30 de junho de 2026

Índice

Relatório sobre a informações trimestrais1

Informações trimestrais

Balanço patrimonial3

Demonstração do resultado4

Demonstração do resultado abrangente5

Demonstração das mutações do patrimônio líquido6

Demonstração dos fluxos de caixa7

Notas explicativas às informações trimestrais.....8



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
8º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos administradores e acionistas da
Arcoverde Transmissão de Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária e com a norma contábil internacional (IFRS Accounting Standards) IAS 34 Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



**Shape the future
with confidence**

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Roberto Cesar Andrade dos Santos', is written over the printed name.

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC – RJ-093771/O

Balanço patrimonial
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	30/06/2026	31/12/2025
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.879	3.754
Contas a receber de clientes	5	1.882	1.206
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	33.089	33.023
Outros ativos circulantes		978	177
Total do Ativo Circulante		40.828	38.160
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	4	7.268	6.894
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	6	331.741	327.346
Outros ativos não circulantes		389	256
Total do Ativo Não Circulante		339.398	334.496
Total do Ativo		380.226	372.656
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.017	196
Empréstimos	7	6.847	6.370
Debêntures	8	5.192	5.055
Dividendos a pagar	9	11.283	4.916
Imposto de renda e Contribuição social a pagar	10.1	335	315
Outros passivos circulantes		746	648
Total do Passivo Circulante		25.420	17.500
Não Circulante			
Empréstimos	7	104.403	106.173
Debêntures	8	47.128	47.517
Provisão contingente	11	237	237
Impostos Diferidos	10.2	26.457	26.138
Outros passivos não circulantes		9	11
Total do Passivo Não Circulante		178.234	180.076
Capital social	12	67.820	67.820
Reserva de lucros	12	97.893	107.260
Resultado do Período		10.859	-
Total Patrimônio Líquido		176.572	175.080
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		380.226	372.656

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado
30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	Notas	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita Líquida	13	11.192	22.103	10.493	20.990
Custos dos bens construídos e serviços prestados	14	(1.366)	(2.491)	(1.552)	(3.368)
Resultado operacional bruto		9.826	19.612	8.941	17.622
Despesas e receitas operacionais					
Outras despesas e receitas operacionais		(278)	(418)	(174)	(301)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		9.548	19.194	8.767	17.321
Despesas financeiras	15	(4.675)	(7.971)	(3.954)	(8.076)
Receitas financeiras	15	319	596	268	499
Resultado financeiro líquido		(4.356)	(7.375)	(3.686)	(7.577)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		5.192	11.819	5.081	9.744
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	(424)	(817)	(361)	(708)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(73)	(143)	(63)	(128)
Resultado líquido do período		4.695	10.859	4.657	8.908

Lucro por ação

O lucro por ação básico e diluído é como segue:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Resultado líquido do período	4.695	10.859	4.657	8.908
Lucro por ação	0,0692	0,1601	0,0687	0,1313

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração do resultado abrangente
30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Resultado líquido do período	4.695	10.859	4.657	8.908
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	4.695	10.859	4.657	8.908

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos obrigatórios	Resultado do período	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal				
Saldos em 31 dezembro 2024	67.820	60.917	6.903	11.118	-	-	146.758
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	(11.118)	-	-	(11.118)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	8.908	8.908
Saldos em 30 junho 2025	67.820	60.917	6.903	-	-	8.908	144.548
Saldos em 31 dezembro 2025	67.820	89.018	8.875	-	9.367	-	175.080
Dividendos declarados	-	-	-	-	(9.367)	-	(9.367)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	10.859	10.859
Saldos em 30 junho 2026	67.820	89.018	8.875	-	-	10.859	176.572

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Demonstração dos fluxos de caixa
30 de junho de 2026 e 2025
(Em milhares de reais)

	30/06/2026	30/06/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.819	9.744
<i>Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:</i>		
Amortização da doação	(223)	(218)
Juros, variações cambiais e ajuste ao valor justo sobre empréstimos	4.498	4.616
Juros, variações monetárias sobre debêntures	3.030	2.911
Encargos sobre empréstimos	64	64
Encargos sobre debêntures	27	29
Remuneração dos ativos da concessão	(20.494)	(18.982)
Receita de O&M	(2.742)	(2.522)
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	38	(527)
PIS e COFINS diferido	154	151
Rendimento sobre aplicação financeira	(374)	(353)
Lucro ajustado	(4.203)	(5.087)
Variações dos Ativos e Passivos operacionais		
Contas a receber de clientes	(676)	(309)
Tributos a recuperar	(110)	633
Ativo fiscal diferido	22	-
Concessão do serviço público (ativo de contrato)	18.960	17.773
Outros ativos	(798)	-
Fornecedores e outras contas a pagar	821	511
Outros ativos e passivos	96	460
Caixa gerado pelas atividades operacionais	14.112	13.981
Imposto de renda e contribuição social pagos	(687)	(717)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	13.425	13.264
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Movimentação líquida relacionada ao imobilizado	(136)	218
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	(136)	218
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(3.000)	(3.800)
Pagamento de empréstimos	(1.530)	(1.235)
Juros pagos de empréstimos	(4.325)	(4.753)
Pagamento de debêntures	(1.980)	(2.037)
Juros pagos de debêntures	(1.329)	(1.369)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(12.164)	(13.194)
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.125	288
Variação do caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	3.754	2.609
No final do período	4.879	2.897
Aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa	1.125	288

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Arcoverde Transmissão de Energia S.A. (“Companhia” ou “Arcoverde”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de maio de 2017 e estabelecida com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, 440, sala 1.801, Botafogo, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo os serviços de apoio e administrativos, provisão de equipamentos e materiais de reserva, programações, medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia é controlada pela V2i Energia S.A (V2i ou Grupo V2i) desde 14 de março de 2020 quando foi adquirida já em fase operacional pela Sterlite Brazil Participações S.A. (“Controladora” ou “Grupo Sterlite”), que é subsidiária da Sterlite Power Grid Ventures Limited (“SPGVL”), localizada em Nova Deli, na República da Índia.

1.2. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 24 de abril de 2017, foi assinado o contrato de concessão nº 05/2016 junto a ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 24 de abril de 2047, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Pernambuco, compostas pela Linha de Transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Caetés II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 50km; Linha de transmissão em corrente alternada em 230kV, entre as subestações de Garanhuns II e Arcoverde II, em circuito simples, com extensão aproximada de 89 km; Subestação Arcoverde II, no Estado de Pernambuco, com pátio de 230 kV para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; Novo pátio de 69kV na Subestação Garanhuns II, no Estado de Pernambuco, para receber a estação conversora e seus equipamentos e pátio em 230/69 - 13,8 kV, conectados por um banco de dois transformadores monofásicos de 100 MVA; e Conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalação vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

1. Contexto operacional -- Continuação

1.3. Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica -- Continuação

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

- (i) Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;
- (ii) Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- (iii) Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade, providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;
- (iv) Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;
- (v) Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;
- (vi) Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e
- (vii) Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o
- (viii) Órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

Em maio de 2019, a Companhia concluiu a fase de construção e entrou em operação. Devido a eficiência na construção das linhas de transmissão, a disponibilidade ocorreu 28 meses antes do prazo exigido pela ANEEL.

1. Contexto operacional -- Continuação

1.4. Receita Anual Permitida - RAP

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A RAP informada está conforme Resolução Homologatória.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos, contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

1.5. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96, concessionárias, permissionárias e autorizados, devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização, que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das informações trimestrais

2.1. Declaração de Conformidade

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na nota explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025”), publicadas na imprensa oficial em 19 de março de 2026.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

2. Apresentação das informações trimestrais -- Continuação

2.2. Declaração de Conformidade -- Continuação

A Administração da Companhia declara que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente elas, correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) foram aprovadas pela Administração em 11 de agosto de 2026.

2.3. Moeda funcional e base de mensuração

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados pela moeda funcional da Companhia que é o Real (R\$) e foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Pronunciamentos novos ou aplicados pela primeira vez em 2026

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*, não produziram impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais).

3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

	30/06/2026	31/12/2025
Caixa e Bancos	75	38
Aplicação financeira (i)	4.804	3.716
Total	4.879	3.754

- (i) Refere-se a aplicações financeiras em cotas de fundo de investimento, não exclusivo, administrado pelo Banco Itaú (Itaú CORP Plus RF Referenciado DI - FIC) que tem remuneração referenciado ao CDI de 100,12% em 30 de junho de 2026 (101,7% em 31 de dezembro de 2025). A carteira de fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, debêntures e letras financeiras.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Títulos e valores mobiliários

	30/06/2026	31/12/2025
Aplicação financeira - conta BNB (i)	7.268	6.894
Total	7.268	6.894
Total circulante	-	-
Total não circulante	7.268	6.894

(i) As aplicações em conta reserva, referem-se ao cumprimento de obrigação no contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

5. Concessionárias e permissionárias

	30/06/2026	31/12/2025
Concessionárias e permissionárias (i)	3.066	3.025
CCT (ii)	75	75
CDE (iii)	493	164
Antecipação de cliente	(1.752)	(2.058)
Total	1.882	1.206

(i) O saldo apresentado refere-se ao faturamento da RAP, com vencimentos de: R\$43 em 05/07/2026, R\$43 em 15/07/2026, R\$2.628 em 25/07/2026 e R\$42 em 05/08/2026 e R\$310 provenientes de créditos a serem recebidos

(ii) DIT (CCT) refere-se a parcela 3/3 da receita proveniente do acesso de outras concessionárias à suas linhas de transmissão mediante contrato CCT (Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão).

(iii) CDE refere-se a uma bonificação que a CCEE nos paga por adimplência e possuímos três meses em aberto os quais receberemos no decorrer do próximo período.

Diretoria acredita que não há Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD), visto que não houve mudança significativa nos valores contábeis dos instrumentos financeiros.

Antecipação de cliente

Os valores são demonstrados como segue:

	30/06/2026	31/12/2025
Ciclo 2025/2026 (i)	-	1.205
Ciclo 2026/2027 (ii)	1.752	816
Total	1.752	2.021

(i) Valor refere-se aos montantes homologados via resolução 3.841, na data 15/07/2025, que serão amortizados via AVC ao longo do ciclo tarifário (Jul/25 até Jul/26)

(ii) Valor refere-se à adiantamento de montantes já conhecidos que estarão contidos na parcela de ajuste da resolução do próximo ciclo tarifário (Jul/26 até Jul/27).

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

As concessões das Companhias de transmissão por não ser onerosas, não possuem obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União. Os ativos contratuais, serão recebidos pelas controladas através da Receita Anual Permitida - RAP, correspondendo aos fluxos de caixa firmados no contrato da concessão.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o período findo em 30 de junho 2026 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue a movimentação ocorrida no período:

Linhas de Transmissão	Arcoverde
Margem de construção	10,20%
Margem de operação e manutenção	10,00%
Taxa de remuneração	11,49%
Índice de correção dos contratos	IPCA
RAP Anual	36.609
Ativo de contrato 31/12/2024	332.316
Remuneração dos ativos da concessão	59.296
Receita de O&M	5.346
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(173)
RAP realizada	(36.862)
Amortização da doação	446
Ativo de contrato 31/12/2025	360.369
Remuneração dos ativos da concessão	20.494
Receita de O&M	2.742
(+/-) Diferença RAP orçada x realizada	(38)
RAP realizada	(18.960)
Amortização da doação	223
Ativo de contrato 30/06/2026	364.830
	30/06/2026
Circulante	33.089
Não circulante	331.741
	364.830
	31/12/2025
	33.023
	327.346
	360.369

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas 3.481 e 3.348 respectivamente, foi de R\$36.609 para o período de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026 e R\$34.760 para o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025.

6. Concessão do serviço público (ativo de contrato) -- Continuação

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento. O reconhecimento do ativo de contrato requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que a Companhia obtém o controle do ativo. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de desempenho satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de desempenho, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de desempenho identificada e as projeções das receitas esperadas. Por se tratar de contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da Companhia.

A ANEEL por meio do Despacho nº 2.268 de 22 de junho de 2026, estabeleceu o reajuste de 4,73%, na receita anual permitida – RAP destinada as concessionárias pela prestação de serviço público de transmissão de energia elétrica. O reajuste será vigente no período de 1º de julho de 2026 a 30 de junho de 2027.

7. Empréstimos

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	30/06/2026	31/12/2025	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
Financiamento BNB (i)	109.250	110.780	15/12/2038	Mensal	IPCA+1,72%
Juros	3.611	3.439			
Encargos de empréstimos	(1.611)	(1.676)			
Total	111.250	112.543			

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2025	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	30/06/2026
Financiamento BNB (i)	112.543	4.498	(1.530)	(4.325)	64	111.250
Total	112.543	4.498	(1.530)	(4.325)	64	111.250
Total circulante	6.370					6.847
Total não circulante	106.173					104.403

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Empréstimos -- Continuação

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2025
Financiamento BNB (i)	115.070	6.840	(2.470)	(7.027)	130	112.543
Total	115.070	6.840	(2.470)	(7.027)	130	112.543
Total circulante	5.966					6.370
Total não circulante	109.104					106.173

(i) A Companhia realizou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil, em 30 de agosto de 2019, composto de principal e juros, com garantia de fiança bancária e quitação para 15 de dezembro de 2038, a remuneração ocorre pelo IPCA + taxa de 1,72% a.a., com previsão contratual de bônus de adimplência incidente sobre os juros fixos.

O financiamento, classificado no passivo não circulante, sem efeito do custo apropriar, têm seu vencimento assim programado:

	30/06/2026
2027	1.832
2028	3.886
2029	4.618
2030	5.292
2031 a 2038	90.258
Total	105.886

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

Operação	30/06/2026	31/12/2025	Vencimento	Periodicidade amortização	(taxa efetiva de juros)
2ª Emissão de Debêntures (i)	52.100	52.302	15/07/2042	Semestral	IPCA+5,02%
Juros	1.147	1.224			
Encargos de debêntures	(927)	(954)			
Total	52.320	52.572			

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Operação	31/12/2025	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	30/06/2026
2ª emissão de Debêntures (i)	52.572	3.030	(1.980)	(1.329)	27	52.320
Total	52.572	3.030	(1.980)	(1.329)	27	52.320

Total circulante	5.055	5.192
Total não circulante	47.517	47.128

Operação	31/12/2024	Juros	Pagamento de principal	Pagamento de juros	Apropriação de encargos	31/12/2025
2ª emissão de Debêntures (i)	54.424	4.897	(4.135)	(2.671)	57	52.572
Total	54.424	4.897	(4.135)	(2.671)	57	52.572

Total circulante	5.238	5.055
Total não circulante	49.186	47.517

- (i) Em 27 de setembro de 2019, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures, composta de principal e juros, não conversíveis em ações e com garantia de aval/fiança bancária e quitação para 15 de julho de 2042, cujo principal é atualizado pelo IPCA e juros remunerados por IPCA + 5,02 % a.a. Não houve descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas. Os índices financeiros são auditados anualmente, inexistindo evento de vencimento antecipado relativos ao *covenant* contratual referente ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida previstos no item 23 da cláusula 4.1.2 da escritura da segunda emissão de debêntures da Arcoverde Transmissão, datada de 10 de setembro de 2019.

As debêntures, classificadas no passivo não circulante, sem efeito dos custos a apropriar, têm seu vencimento assim programado:

	30/06/2026
2027	2.047
2028	4.186
2029	4.186
2030	4.186
2031 a 2042	33.400
Total	48.005

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Dividendos a pagar

Segue abaixo a movimentação dos dividendos a pagar:

	31/12/2025	Dividendos declarados	Dividendos pagos no ano	30/06/2026
V2I Energia S.A.	4.916	9.367	(3.000)	11.283
Total	4.916	9.367	(3.000)	11.283

(i) Saldos foram aprovados pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de março de 2026 (nº 7716546) e serão distribuídos quando a Companhia dispuser de caixa suficiente para tal.

	31/12/2024	Dividendos adicionais propostos	Dividendos pagos Via dividendos adicionais propostos	31/12/2025
V2I Energia S.A.	3.298	11.118	(9.500)	4.916
Total	3.298	11.118	(9.500)	4.916

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do período, foi apurada pelo regime de tributação de lucro presumido, conforme segue:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Receita operacional	11.746	23.198	11.013	22.031
Base presunção IRPJ 8%	940	1.856	881	1.762
Base presunção CSLL 12%	1.410	2.784	1.322	2.644
Outras receitas	-	-	-	-
Receitas financeiras	319	596	268	499
Base de IRPJ	1.345	2.617	1.149	2.261
Despesa de IRPJ	(330)	(642)	(281)	(553)
Base de CSLL	1.858	3.531	1.590	3.143
Despesa de CSLL	(167)	(318)	(143)	(283)
Despesa de IRPJ e CSLL	(497)	(960)	(424)	(836)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(73)	(143)	(63)	(128)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(424)	(817)	(361)	(708)

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -- Continuação

10.1 Imposto de renda e contribuição social a pagar

A movimentação de IRPJ e CSLL estão demonstradas a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo inicial dos impostos a pagar	315	361
Impostos calculados	817	1.554
Impostos deduzidos	(110)	(203)
Impostos pagos	(687)	(1.397)
Saldo final dos impostos a pagar	335	315

10.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos, são calculados sobre os valores de receitas do Ativo de Contrato, e são revertidos quando a Companhia reconhece a RAP (receita anual permitida).

A movimentação dos impostos diferidos está demonstrada a seguir:

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo de contrato	377.791	373.553
Antecipação de cliente	(1.752)	(2.021)
Base diferida	376.039	371.532
PIS e COFINS	13.717	13.552
IRPJ e CSLL	12.740	12.586
Saldo Final	26.457	26.138

11 Provisão Contingente

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia não possui processos classificados com prognóstico de perda possível e possui 15 processos de servidão e 5 processos de reparação de danos materiais classificados com prognóstico de perda provável.

	30/06/2026	31/12/2025
Provisão para contingências	237	237
Total	237	237

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social subscrito até 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é representado somente por ações ordinárias:

	30/06/2026			31/12/2025		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
V2I Energia S.A.	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%
	67.820.000	67.820	100%	67.820.000	67.820	100%

Em 2026 não houve alteração no capital social da Companhia.

Reserva Legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

	31/12/2025
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	39.440
Base da reserva legal	39.440
Reserva legal (5%)	1.972
Saldo inicial	6.903
Calculado no ano	1.972
Total	8.875

Dividendos

Aos acionistas estão assegurados dividendos mínimos, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76 e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral. Conforme divulgado no estatuto social da Companhia, “do saldo, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório”.

	31/12/2025
Lucro líquido do exercício	39.440
Reserva legal (5%)	(1.972)
Base para dividendos	37.468
Alíquota	25%
Dividendos mínimos obrigatórios	9.367
Dividendos adicionais propostos	-
Total de dividendos propostos	9.367

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12 Patrimônio Líquido -- Continuação

Reserva de lucro

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. O saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso, tendo em vista o previsto na Lei 11.638/07.

	<u>31/12/2025</u>
Lucro líquido do exercício	39.440
Reserva legal (5%)	(1.972)
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.367)
Dividendos adicionais propostos	-
Reserva de retenção de lucros (i)	<u>28.101</u>
 Saldo inicial	 72.035
Distribuição de reserva de lucros para pagamento de dividendos	-
Calculado no ano	37.468
Dividendos deliberados no ano	<u>(11.118)</u>
Total	<u>98.385</u>

- (i) Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do resultado ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas. Nesse contexto, a Administração está avaliando as alternativas previstas na legislação e adotará as medidas cabíveis para destinar o excesso das reservas, em conformidade com o que determina a Lei das S.A.

13 Receita operacional líquida

Os valores são demonstrados como segue:

	<u>01/04/2026 a 30/06/2026</u>	<u>01/01/2026 a 30/06/2026</u>	<u>01/04/2025 a 30/06/2025</u>	<u>01/01/2025 a 30/06/2025</u>
Remuneração dos ativos da concessão	10.276	20.494	9.518	18.982
Receita de O&M	1.371	2.742	1.261	2.522
(+/-) Receita contratual X Receita realizada	99	(38)	234	527
(-) Tributos sobre a receita	(429)	(847)	(402)	(804)
(-) Encargos do consumidor	(125)	(248)	(118)	(237)
Total	<u>11.192</u>	<u>22.103</u>	<u>10.493</u>	<u>20.990</u>

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14 Custos dos bens construídos e serviços prestados

Os valores são demonstrados como segue:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Custo com pessoal	(700)	(1.121)	(439)	(923)
Custo com serviços de terceiros	(569)	(1.031)	(554)	(959)
Custo com seguros	(111)	(221)	(68)	(190)
Custo com tributos (i)	(7)	(47)	(334)	(980)
Amortização da doação	112	223	112	223
Demais custos	(91)	(294)	(269)	(539)
Total	(1.366)	(2.491)	(1.552)	(3.368)

(i) Referente à baixa de crédito de ICMS que não será recuperado pela Companhia.

15 Resultado financeiro

Os valores são demonstrados como segue:

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/01/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2025 a 30/06/2025
Juros e variações monetárias (i)	(4.481)	(7.554)	(3.700)	(7.527)
IOF, Comissões e taxas	(183)	(387)	(242)	(526)
Outras despesas financeiras	(11)	(30)	(12)	(23)
Despesas Financeiras	(4.675)	(7.971)	(3.954)	(8.076)
Receita com aplicações financeiras	297	556	268	494
Outras receitas financeiras	22	40	-	5
Receitas Financeiras	319	596	268	499
Resultado financeiro líquido	(4.356)	(7.375)	(3.686)	(7.577)

(i) O valor de juros sobre empréstimos tomados em 30/06/2026 é R\$4.498 e em 30/06/2025 R\$4.616. O valor de juros e atualização monetária das debêntures em 30/06/2026 é de R\$ 3.030 e em 30/06/2025 é de R\$2.911. O valor de encargos sobre empréstimos em 30/06/2026 é R\$ 64 e em 30/06/2025 é R\$ 64. O valor de encargos sobre debêntures em 30/06/2026 é R\$ 27 e em 30/06/2025 é de R\$29.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16 Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Modalidade	Importância segurada	Período de Vigência
Tokio Marine Seguradora (i)	Risco Operacional	70.000	21 de maio de 2026 até 20 de maio de 2028
Chubb Seguros Brasil S.A. (ii)	Responsabilidade Civil	25.000	06 de maio de 2026 até 06 de maio 2027

- (i) A Companhia possui a apólice emitida pela Tokio Marine Seguradora, para coberturas de Riscos Operacionais Limite máximo de indenização de R\$70.000 e um prêmio anual no valor de R\$826.667.
- (ii) Companhia possui um contrato de seguro de Responsabilidade Civil Geral garantindo a indenização, até o valor fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pela Companhia no contrato principal, oriundo do Edital do Leilão nº 005/2016-ANEEL, bem como multas e indenizações devidas à Administração Pública. As garantias de indenização, na modalidade de construção, fornecimento ou prestação de serviços. Limite máximo de indenização de R\$ 25.000 e um prêmio anual no valor de R\$ 75.000.

17 Instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2026, os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

	Nível	30/06/2026	31/12/2025
Ativos mensurados ao valor justo pelo resultado			
Títulos e valores mobiliários	2	7.268	6.894
Caixa e equivalentes de caixa	2	4.879	3.754
Ativos mensurados pelo custo amortizado			
Concessionárias e permissionárias	2	3.634	3.353
Passivo mensurados pelo custo amortizado			
Empréstimos	2	111.250	112.543
Debêntures	2	52.320	52.572
Fornecedores	2	1.017	196

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

17 Instrumentos financeiros -- Continuação

- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia, constantes do balanço patrimonial, estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Os saldos contábeis dos instrumentos mensurados ao custo amortizado se aproximam de seu valor de mercado.

17.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

a) Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, a Companhia não possui outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIN de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados nos e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

b) Risco de capital

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, O índice de endividamento é de 3,99% em 30 de junho de 2026.

17 Instrumentos financeiros -- Continuação

17.1 Fatores de risco financeiro -- Continuação

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

17.2 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

Notas explicativas às informações trimestrais
30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18 Evento subsequente

A companhia não reconheceu nenhum evento subsequente relevante até o levantamento das Demonstrações trimestrais.

Diretoria Executiva

Ana Paula Pousa Bacaltchuc De Salles Fonseca
Diretora

Vagner Alexandre Serratto
Diretor

Responsável técnico pelas informações contábeis

Leandro Barbalho de Brito
Contador CRC-RJ 092.334/O-9